

Superávit é a meta

JUREMA BAEsse
Da Editoria de Economia

O Governo está trabalhando com uma estimativa de PIB (Produto Interno Bruto) da ordem de Cr\$ 308,5 trilhões para este ano considerando-se uma inflação média de 137,5%. As autoridades econômicas esperam não apenas zerar o déficit público, que fechou 1983 com 2,5% do PIB, como ainda obter um superávit operacional de Cr\$ 900 bilhões e 500 milhões, ou seja, 0,3% deste Produto.

“É uma meta apertada e ambiciosa”, admitiu categorizada fonte da Seplan (Secretaria de Planejamento), acrescentando que, ontem, o staff do Fundo Monetário Internacional havia recebido os números fechados do orçamento monetário de 1983, que a rigor não trazem muita novidade. O governo não só conseguiu cumprir a meta de redução do déficit público como conseguiu ficar abaixo dela, 2,5% do PIB ao contrário dos 2,7% previstos inicialmente, de um PIB calculado em Cr\$ 132 trilhões.

De acordo com os núme-

ros finais, que já estão nas mãos do gerente-geral do Fundo, o Brasil fechou o ano passado com uma expansão da base monetária (emissão primária de moeda) em 89% e uma expansão para os meios de pagamento (depósitos à vista em rede bancária mais moeda em poder do público) em 92%. Números bem próximos da meta acertada com o FMI, de 90% para estas frentes.

O déficit das empresas estatais em relação ao PIB ficou no ano de 1983 em 3% en-

quanto que o gasto dos governos estaduais e municipais registrou um déficit de 0,7% do PIB. Já o Governo Central obteve no ano que passou um superávit de 0,9%. Todos estes números foram conseguidos, admitiu a mesma fonte, à custa de muita recessão, e números “melhores” ainda do que estes, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, serão conseguidos para o ano que começou há poucos dias.

O Governo espera conse-

guir o “ambicioso” superávit operacional global de 0,3% do PIB neste ano da seguinte forma. Os gastos do Governo Central irão apresentar um superávit de 1,2% do PIB, o que significa em termos operacionais (já descontada a inflação) Cr\$ 3,7 trilhões. Isto será obtido graças à redução do subsídio ao açúcar e à eliminação do subsídio ao trigo, além da transferência esperada do orçamento fiscal para o monetário de Cr\$ 5,8 trilhões.

Já os governos estaduais e municipais sairão de um déficit de 0,7% registrado no ano passado para um superávit de 0,1% do Produto, que representa em termos operacionais Cr\$ 300 bilhões. Quanto às estatais a estimativa é que o seu déficit em relação ao PIB seja reduzido de 3% para 1,26 por cento o que corresponde a Cr\$ 3,9 trilhões de déficit operacional. Dessa forma, o Governo espera absorver o déficit das empresas estatais à custa de um superávit nos gastos do Governo Central e dos Governos estaduais e municipais.

Burocracia atrasa jumbo

Nova Iorque — O coordenador da Comissão de Assessoramento formada pelos bancos para tratar da dívida brasileira, William Rhodes, disse ontem que é provável um adiamento, de 16 para 18 desse mês, da assinatura dos contratos que comporão o empréstimo-jumbo ao Brasil. Segundo ele, o atraso se deve à necessidade de composições

de natureza burocrática com vários dos bancos pequenos que participarão do jumbo.

O compromisso dos bancos chegou ontem a 6,360 bilhões de dólares, 140 milhões ainda abaixo do previsto, de acordo com o Comitê. Rhodes previu ainda que o primeiro semestre de 84 será duro para a economia brasileira, que voltará, porém, a crescer no segundo.